

PENSANDO A IMPORTÂNCIA DO PAPEL SOCIAL DA FAMÍLIA COMO AUXÍLIO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO

Ademir Alves do Nascimento¹, Aderson Pereira da Silva²

¹Secretaria de Educação de Campina Grande, Campina Grande - PB, Brasil
ademirprofessor0@gmail.com

²Centro Universitário Internacional Uninter, Campina Grande - PB, Brasil

Resumo: Este artigo analisa a importância da família no processo de ensino-aprendizagem sob a perspectiva do letramento, considerando que a formação do sujeito ocorre, principalmente, nos contextos familiar e escolar. Para tanto, adotou-se a pesquisa bibliográfica, fundamentada nas contribuições de Enkvist, Barboza, Libâneo, Marcuschi, Siqueira e Soares. Conclui-se que a parceria entre família e escola é indispensável para fortalecer o letramento e a formação crítica dos estudantes.

Palavras-chave: Escola; Família; Ensino-aprendizagem; Letramento.

INTRODUÇÃO

1. Pensando o papel social da família na contribuição do letramento escolar

Chega a ser preocupante o fato de que, todas as vezes em que nós, professores, repreendemos um aluno em sala de aula, ele imediatamente retruca dizendo: “A escola é o meu segundo lar”.

Essa afirmação é, por vezes, bastante inquietante e nos leva a refletir até que ponto essa visão do aluno — e, em alguns casos, também da própria família — pode tornar-se um fator negativo no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, faz-se necessário compreender qual entendimento essas famílias possuem acerca do espaço social da escola. É importante destacar que a escola não deve ser considerada parte ou extensão do lar, no sentido restrito da palavra.

Pais, professores e a comunidade em geral precisam refletir acerca das atribuições, funções e responsabilidades da escola no que se refere ao processo educacional de crianças, jovens e adolescentes, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

É preciso compreender o papel social da escola enquanto instituição integrante da tríade educacional escola-família-sociedade. Nesse processo, faz-se necessário entender que, para a escola funcionar como instrumento e espaço de construção do conhecimento emancipatório, é indispensável que pais, professores e a comunidade atuem de forma conjunta, favorecendo aos sujeitos sociais

oportunidades de perceberem a escola e a família como espaços de formação social e cultural.

Devemos considerar que o processo de formação sociocultural das crianças e dos jovens começa no ambiente familiar. A prática social do letramento não acontece de forma isolada da aprendizagem informal. Tanto a escola quanto a família precisam levar em consideração que:

“Depois da família, a instituição social que mais influencia o desenvolvimento da criança é a escola. Ambas têm o papel de educar, cuidar e proteger crianças e adolescentes. No entanto, as diferenças entre essas duas instituições são muitas, como, por exemplo, a maneira como dividem o tempo — muito mais visível e estruturado na escola — e a relação que estabelecem entre adultos e crianças. Na escola, essa relação possui forte caráter institucional, marcado pela burocracia e por papéis bem demarcados entre professor e aluno. A aprendizagem formal que acontece na escola é mais verbal, fragmentada e descontextualizada, ao passo que, em casa, a aprendizagem é global e mais carregada de fatores emocionais e de maior significado prático imediato.” (BARBOZA, 2010, p. 40).

Dessa forma, podemos afirmar que a escola e a família representam e/ou são os principais órgãos responsáveis pelo processo de formação sociocultural e pelo desenvolvimento sociocognitivo dos jovens em processo de ensino-aprendizagem. Assim, portanto, cabe a ambas promover a inserção desses sujeitos nas práticas socioculturais de letramento.

Nesse contexto é importante destacar que a educação informal constitui a base inicial do processo de formação sociocultural do indivíduo, sendo essa, desenvolvida primordialmente no seio familiar antes mesmo da inserção da criança no ambiente escolar. Conforme destacado por Siqueira (2006) e reiterado ao longo do texto, são na família que se aprendem as primeiras palavras, os atos de fala, hábitos de convivência, crenças religiosas e valores éticos e morais que estruturam o caráter do sujeito social.

A família constitui o primeiro espaço de formação social e cultural do indivíduo. É nesse ambiente que, por meio das práticas sociais e de letramento, o sujeito constrói os saberes iniciais necessários à sua interação e participação na comunidade e no mundo letrado (Siqueira, 2006; Soares, 2012).

Diferente da educação formal, que ocorre de forma orientada, coletiva e baseada em normas do sistema educacional, a educação informal caracteriza-se por ser individual, afetiva e carregada de significados práticos imediatos. Dessa forma, ela não pode ser descartada ou sobreposta pela escola, pois é a partir desse conhecimento prévio que o aluno chega à escola com padrões de conduta e interesses culturais já estabelecidos, o que, segundo Vygotsky *apud* Barboza (2010), facilita significativamente o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento do letramento.

É necessário que fique claro quais são os papéis sociais da escola e da família nesse processo de formação sociocultural. Uma instituição não pode, nem deve exercer a função da outra. Contudo, ambas precisam participar de forma complementar na formação do sujeito.

Precisamos perceber a escola como espaço de continuidade do conhecimento, entendendo que o indivíduo, ao chegar ao ambiente escolar, já traz consigo saberes prévios, ainda que informais e mais voltados à formação social. Nesse sentido, cabe à escola dar continuidade a esses conhecimentos, porém com objetivos e características específicas do ensino formal.

Em síntese, a escola possui o papel de desenvolver a aprendizagem e preparar as crianças e os jovens para atuarem de forma crítica e consciente em suas práticas sociais. Já a família deve assumir, como princípio educacional, a responsabilidade de formar sujeitos humanizados dentro de uma base familiar sólida.

Quadro comparativo: educação formal x educação informal.

Aspecto	Educação formal	Educação Informal
Local	Seio familiar, comunidade, rua, igreja	Escola/Instituições de ensino (Libâneo, 1994)
Agentes	Pais, familiares, comunidade	Professores, escola como instituição
Objetivo	Formar o caráter, valores, respeito, convivência com o outro	Desenvolver aprendizagem crítica, competência comunicativa e conhecimentos científicos
Organização	Individual, afetiva, espontânea, sem intencionalidade e pedagógica definida	Orientada, coletiva, intencional, com currículos e normas do sistema educacional
Conteúdo	Primeiras palavras, andar, comer, crenças, hábitos culturais, polidez	Letramento, alfabetização, conteúdos sistemáticos e instrumentais
Metodologia	Prática social do cotidiano, por imitação e vivência	Aula como forma preeminente de organização do ensino
Momento	Começa antes da escola. "A educação vem do berço"	É a continuação do conhecimento que o aluno já traz de casa

Também precisamos pensar a escola como espaço responsável pelo desenvolvimento da competência comunicativa, pois:

“[...] deve levar em conta os parâmetros mais amplos de uma etnografia da fala, uma análise das interações verbais, produções discursivas e atividades verbais e comunicativas em geral, sem ignorar a cognição.” (MARCUSCHI, 2008, p. 55).

A escola deve ser compreendida como espaço sociointerativo de promoção do conhecimento sócio-



histórico-cultural e intelectual do aluno, considerando que este já chega ao ambiente escolar com uma bagagem cultural que não pode ser descartada. Assim, cabe à escola promover o processo de letramento nas práticas sociais de linguagem oral e escrita.

Entretanto, não se pode afirmar que a única função da escola seja desenvolver a competência comunicativa do sujeito, assim como não cabe exclusivamente a ela a responsabilidade pela formação ética e moral dos indivíduos.

É necessário compreender que escola e família participam ativa e diretamente da formação dos jovens, tanto no processo de ensino-aprendizagem quanto na constituição sócio-histórica e cultural desses sujeitos.

Portanto, ambas devem ser responsáveis pela inserção e pelo desenvolvimento sociocultural dos jovens nas práticas sociais de convivência e interação.

Nessa perspectiva, ao refletirmos acerca da função social da escola no processo de educação sociocultural do sujeito, concordamos com Marcuschi *apud* Fonseca (1984, p. 206), quando destaca:

“A preparação do aluno para a produção ágil dos seus discursos e para a avaliação crítica dos discursos alheios possibilita maior eficácia na atuação social, maior sucesso na descoberta de si mesmo e maior capacidade de intervenção na prática social.”

Ao refletirmos sobre a responsabilidade da escola e da família para com os jovens — enquanto filhos e alunos —, não podemos deixar de perceber que a educação possui papel fundamental na sociedade. Contudo, vivenciamos uma crise que não se restringe apenas ao âmbito financeiro, mas também atinge a estrutura familiar, afetando direta ou indiretamente o sistema educacional e a base sociocultural das famílias brasileiras.

Esse contexto tem contribuído negativamente para o processo de ensino-aprendizagem, tanto no ambiente escolar quanto no próprio seio familiar.

Mesmo diante de tantas inovações e facilidades de acesso à escola, percebe-se que muitas famílias têm transferido integralmente à instituição escolar a responsabilidade pela educação dos filhos. Tal visão reducionista desconsidera que a educação começa no ambiente familiar, ou seja, no próprio lar.

2. O processo de letramento e alfabetização adquirido na escola

A escola, enquanto instituição social, possui como papel principal desenvolver e inserir o educando no processo de ensino-aprendizagem. Conforme afirma Libâneo (1994, p. 17), é papel da escola:

“[...] prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade.”

Dessa forma, entendemos que o processo educacional visa, em parte, formar indivíduos aptos ao convívio em sociedade, providos da capacidade de interagir socioculturalmente, seja por meio da linguagem oral ou escrita. Além disso, busca possibilitar aos sujeitos o reconhecimento de seus valores, conhecimentos e aprendizagens, adquiridos tanto no ambiente familiar quanto no escolar, favorecendo, assim, sua interação e integração social.

Associado ao processo de letramento como prática social, pensamos também na importância da educação informal no contexto escolar, uma vez que entendemos ser esta de responsabilidade primordial da família.

Considerando que as primeiras palavras, os atos de fala, o ato de andar, alimentar-se, as crenças religiosas e os hábitos culturais, de modo geral, são ensinados no seio familiar, faz-se necessário refletir acerca da contribuição da família no processo de ensino-aprendizagem enquanto prática social de letramento.

Nessa perspectiva, a escola é responsável pela educação formal, isto é, pelo espaço em que ocorre a mediação dos conhecimentos científicos, articulados diretamente às aprendizagens oriundas do ambiente familiar e à formação social do educando.

É importante termos consciência de que a escola não é o único espaço promotor da aprendizagem, nem do processo de letramento, definido por Soares (2012, p. 47) como “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita”.

Existem outros ambientes nos quais a educação e o processo educacional podem acontecer. Conforme afirma Siqueira (2006, p. 43), “A pessoa educada se constrói em diversos ambientes — a escola é mais um ambiente que se soma a estes outros — e a partir de diversas experiências.”

A escola tem como objetivo ofertar uma formação que possibilite ao aluno tornar-se um sujeito crítico, capaz de realizar análises científicas, reflexivas e críticas acerca dos temas sociais, culturais e humanos.



Assim, percebemos que a tarefa de educar não é apenas da escola, como entendem alguns pais ao delegarem a esta instituição toda a responsabilidade pelo processo educacional dos filhos, seja na Educação Infantil, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio.

Como afirma Libâneo (1994), a educação escolar constitui um sistema instrutivo com propósitos intencionais previamente estabelecidos. É por meio dela que se ampliam os conhecimentos científicos e se desenvolve a capacidade de pensar criticamente os problemas e desafios presentes na realidade sociocultural. É também na escola que ocorre o processo de educação formal, sendo o professor o principal mediador entre o conhecimento e o educando.

Tendo em vista que, na escola, a aula é a forma predominante de organização do processo de ensino:

“Na aula se criam, se desenvolvem e se transformam as condições necessárias para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades, atitudes e convicções e, assim, desenvolvam suas capacidades cognitivas.” (LIBÂNEO, 1994, p. 177).

Concordamos com Libâneo ao afirmar que é na escola que os estudantes se desenvolvem cientificamente, aprimorando o senso crítico e tornando-se cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na sociedade.

Nesse contexto, destacamos que, nesse processo formativo, a família possui o dever e a responsabilidade de transmitir à criança a educação informal, ensinando valores, respeito e convivência social, enquanto a escola assume a responsabilidade pela educação formal. Caso esse processo não ocorra de maneira articulada e complementar, é possível que o sistema de ensino se torne fragmentado e pouco eficaz, principalmente no que se refere à formação educacional formal.

3. Afinal, onde começa o processo de ensino-aprendizagem?

Segundo Vygotsky (1991, p. 89 *apud* Barboza, 2010, p. 21), o aprendizado da criança começa antes dela frequentar a escola. Dessa forma, mais uma vez, afirmamos que o papel de educar não é apenas da escola, mas também, da família e da sociedade como um todo, claro que cada um desses órgãos, tem papel, função, representação sócio-cultural e, diferentes interesses, no tocante ao processo de ensino-aprendizagem.

Em algumas situações, a escola tem como interesse o preparo do indivíduo para atender as demandas do

mercado, tanto nacional quanto internacional, nesse caso temos um processo de ensino-aprendizagem voltado à formação de sujeitos/indivíduos mais qualificados para o mercado de trabalho. No entanto, é preciso destacarmos que:

É pertinente observar ainda que o aprendizado dos conteúdos não se dá exclusivamente a partir da relação professor/aluno, que se estabelece dentro da sala de aula, mas a partir do exercício social dos mesmos, no contato com a realidade em que os professores e alunos estão envolvidos, ou seja, é o exercício social do conhecimento que permitirá aos alunos dar um sentido próprio para o conhecimento oferecida pela educação formal escolarizada. (BARBOZA, 2010, p. 20).

Assim pensando, precisamos compreender também que o processo educacional começa bem antes de as crianças virem para a sala de aula, é preciso que tenhamos em mente que, o aprendizado da escola é de certa forma uma continuação do conhecimento que o aluno já possui, mesmo que de forma superficial.

Logo, é possível entendermos que mesmo sendo informal o conhecimento que a criança já tem antes de ir para a escola, esse não deve ser descartado no processo de ensino-aprendizagem, bem como no processo de letramento.

Precisamos, portanto, entender também que a escola desenvolve o conhecimento sistemático, instrumentalizado e com características de formação desse sujeito para servir e/ou interagir de forma crítica e política social e cultural na sociedade, e por sua vez, o conhecimento adquirido em casa deve ser o de formar o caráter do indivíduo como ser social. Claro que esse não é o único objetivo da educação de casa.

Ao pensarmos a função social da escola e da família, precisamos levar em consideração que nem todos os indivíduos que dela fazem parte, entendem e/ou a consideram com o mesmo propósito, há divergências nesse sentido.

Dessa forma é possível destacarmos que, para alguns:

A escola é um lugar para que todos aprendam o que, fora dela, é difícil ou impossível. Muito embora possa se atribuir a escola papel de guarda e de assistência, ou seja, anteparo ao perigo das ruas enquanto os pais estão trabalhando, ou oportunidade de usufruir de bolsa-escola, não são



essas as suas finalidades. Não há problemas de a escola servir também para tais propósitos, entretanto, o que ela deve fazer e muito bem é garantir a aprendizagem de todos. (BARBOZA, 2010, p. 31).

Toda a comunidade, de modo geral, precisa entender que não é apenas e unicamente da escola o papel de educar, até mesmo porque essa não educa sozinha. A família precisa contribuir no processo educacional dos seus filhos, de modo que, para a escola, fique a incumbência de desenvolver a competência leitora mediada pela prática social do letramento.

A família e a escola precisam "andar" juntas nesse processo de formação sociocultural das crianças e jovens, visto que a educação adquirida em casa, acontece de forma bastante informal, individual e de forma afetiva.

Na escola, por sua vez, essa acontece de forma orientada e de acordo com determinados padrões e/ou normas estabelecidas pelo sistema educacional, além de ser um oferecido de forma coletiva.

Dessa forma, precisamos pensar o papel social da família no letramento inicial, uma, vez que, é no seio familiar que se inicia o processo de formação social e cultural dos indivíduos enquanto sujeitos sociais. Inseridos em práticas de letramento desde a infância, por meio da oralidade, dos hábitos e dos valores transmitidos, os sujeitos aprendem a interagir, a respeitar regras de convivência e a participar da comunidade.

Conforme Soares (2012), o letramento não se restringe à alfabetização escolar, mas compreende o uso social da leitura e da escrita nos contextos da vida cotidiana. Desse modo, a família é a primeira agência de letramento, responsável por introduzir a criança no “mundo letrado” antes mesmo de seu ingresso na escola.

É importante refletir que, se a família falha em sua função inicial, a escola encontra dificuldades em seu processo de ensino-aprendizagem com esses sujeitos. Ao chegarem sem as bases de letramento social, esses agentes e protagonistas apresentam maiores desafios nas interações sociais e nas práticas ativas de letramento.

A escola formaliza e dá continuidade ao processo de formação dos sujeitos. Ao reconhecê-los como agentes e protagonistas, a instituição atua nas situações formais e informais do contexto social, por meio das práticas de letramento e da construção da identidade individual e coletiva.

Além disso, ela também, se apresenta como espaço de sistematização e criticidade das práticas de formais de letramento, ao que lhe cabe formalizar e

dar continuidade a esse processo formativo, reconhecendo o aluno como agente e protagonista de sua aprendizagem.

A instituição escolar organiza, de forma intencional e coletiva, os saberes trazidos de casa, transformando-os em conhecimento científico e em competências comunicativas (Libâneo, 1994).

Nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem não se resume à transmissão de conteúdos, mas à formação de identidades críticas e políticas. Para Vygotsky (1991), o desenvolvimento cognitivo ocorre na interação social, o que reforça a importância da escola como espaço de mediação entre o saber espontâneo e o saber sistematizado.

Nesse contexto de reflexão acerca das agências família e escola como promotoras da educação formal e informal, precisamos analisar com calma, o risco de termos, apenas a escola como única responsável pela formação da identidade e desenvolver o processo de letramento dos sujeitos sociais, isso porque atribuir apenas à escola a responsabilidade total pela educação configura uma visão reducionista e, por vezes, perigosa do processo formativo.

Quando a escola assume sozinha essa função, corre-se o risco de formar sujeitos subservientes à lógica da sociedade capitalista, em detrimento de uma formação humana e cidadã. Ao desconsiderar os saberes prévios do aluno, a escola deixa de lado a dimensão social e política da educação. Por isso, a complementaridade entre família e escola é condição fundamental para que a educação cumpra seu papel de formar o sujeito para a vida e para a sociedade.

CONCLUSÃO

Entender apenas a escola como a principal responsável pelo sucesso e/ou desempenho no processo de ensino-aprendizagem de crianças, jovens e alunos é adotar uma visão reducionista da formação sócio-histórica e cultural dos indivíduos. É preciso compreender a escola como espaço de construção coletiva de identidades críticas e políticas. Acredita-se que o aluno que chega à escola com padrões de conduta e interesses sociais e culturais já estabelecidos apresenta maiores chances e facilidades para aprender os conteúdos escolares. Nesse sentido, torna-se perigoso atribuir toda a responsabilidade de “educar” somente à escola, pois muitas instituições ainda se estruturam com o intuito de formar sujeitos subservientes à lógica da sociedade capitalista. Quando isso ocorre no processo de ensino-aprendizagem, deixa-se de lado a formação social e humanitária do indivíduo enquanto ser em processo de constituição social e política. (Enkvist, 2014). Portanto, conclui-se que a educação é um processo contínuo e indissociável, construído na relação entre



a família e a escola. A educação informal, exercida no seio familiar e na comunidade, constitui a base afetiva, moral e cultural do indivíduo, ensinando-lhe a ser pessoa antes de ser aluno. Já a educação formal, institucionalizada e intencional, sistematiza esses saberes prévios e os transforma em conhecimento científico, criticidade e letramento, condição essencial para o exercício pleno da cidadania (Libâneo, 1994; Soares, 2012). Assim, desconsiderar a complementaridade entre esses dois espaços é reduzir a educação a uma função fragmentada e malsucedida. Desse modo, família e escola devem atuar de forma dialógica e colaborativa, reconhecendo que “ninguém escapa da educação” (Brandão, 1995), pois educar é, sobretudo, formar o sujeito para a vida e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- BARBOZA, Pedro Lúcio. Educação em questão: recontando temas e tecendo ideias. Campina Grande: Lotus, 2010.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Coleção Primeiros Passos.
- ENKVIST, Inger. *Repensar a educação* [livro eletrônico]. Tradução de Daniela Trindade. São Caetano do Sul, SP: Bunker Editorial Brasil, 2014. Epub.
- FONSECA, Joaquim. A linguística e o ensino da língua materna. In: ACTAS DO 1º ENCONTRO DE LINGUISTAS PORTUGUESES. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 1984.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- SIQUEIRA, C. T. Construção de saberes, criação de fazeres: educação de jovens no hip hop de São Carlos. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação).
- SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.